

# Aviso para apresentação de candidaturas

## Designação do aviso

Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura no Domínio dos Investimentos Produtivos

## Código do aviso

MAR 2030-2023-5

## Data da publicação

01/09/2023

## Apoio para

Promover o desenvolvimento sustentável da aquicultura, melhorando o desempenho económico e ambiental das empresas aquícolas, garantindo a sustentabilidade e a segurança alimentares.

## Ações abrangidas por este aviso

São abrangidas pelo presente aviso todas as ações previstas no artigo 39.º da [Portaria n.º 186/2023 de 3 de julho](#):

- a) Inovação promovida por empresas ou em copromoção com universidades ou centros de investigação, desde que liderada pela empresa, que inclui, entre outros, os seguintes investimentos
- b) Constituição de *start-ups* e de *spin-offs*, que tenham como finalidade iniciar a produção aquícola;
- c) Construção ou modernização de unidades de produção aquícola, maternidades ou estabelecimentos conexos, de unidades de maneo, de acondicionamento e embalagem quando integradas em estabelecimentos aquícolas, e instalação de zonas de transposição de moluscos bivalves vivos;
- d) Diversificação da produção aquícola e das espécies cultivadas;

- e) Modernização de unidades de produção aquícola ou estabelecimentos conexos;
- f) Descarbonização, que passe pela construção ou modernização de embarcações de apoio à atividade aquícola que incentivem o uso de energias renováveis, ou pela utilização de veículos de comercialização e de transporte com reduzidas emissões de carbono;
- g) Apoio à promoção da saúde e do bem-estar dos animais;
- h) Requalificação de tanques naturais ou artificiais utilizados para a aquicultura;
- i) Investimentos em sistemas de recirculação fechados;
- j) Investimentos em processos de certificação e de registo de marcas ou de patentes;
- k) Organização das empresas, designadamente para capacitação da gestão.

Entendem-se por projetos em inovação em copromoção, na aceção da al c) do n.º 2 do artigo 23.º do DL 20-A/2023:

- i) os projetos desenvolvidos entre duas ou mais entidades independentes, que cooperam de forma estratégica e efetiva numa lógica de médio e longo prazo, partilhando infraestruturas, competências e recursos, incluindo recursos humanos, em função dos contributos específicos para os objetivos do projeto, visando o desenvolvimento das ações que integram o plano de atividades comum e a concretização das realizações e resultados;
  - ii) a empresa assume a função de entidade líder, sendo responsável por assegurar a coordenação geral do projeto e a interlocução com os vários copromotores e entre estes e a autoridade de gestão, no que diz respeito à gestão técnica, administrativa e financeira do projeto;
  - iii) deve ser estabelecido um acordo escrito, subscrito por todas as entidades que participam no projeto, que explicita o âmbito da cooperação entre as entidades envolvidas, a identificação da entidade líder, a responsabilidade conjunta entre as partes, o contributo individual de cada entidade para a concretização do projeto, assim como os termos da partilha de custos, riscos e resultados;
  - iv) todas as entidades que integram o projeto são consideradas beneficiários, pelo que devem cumprir todos os requisitos de elegibilidade, obrigações e impedimentos dos beneficiários;
- e
- v) os pagamentos são realizados a todos os copromotores, ficando estes individualmente responsáveis pelas restituições dos apoios que tenham recebido

## Entidades que se podem candidatar

Podem beneficiar dos apoios previstos no presente aviso as empresas, previstas no n.º 1 do artigo 41.º da [Portaria n.º 186/2023 de 3 de julho](#).

No caso de operações de inovação lideradas por uma empresa e realizadas em copromoção, podem ainda ser beneficiários as entidades que desenvolvam ou participem em atividades de investigação científica, identificadas no n.º 2 do artigo 41.º da [Portaria n.º 186/2023 de 3 de julho](#).

## Área geográfica abrangida

Portugal continental

## Período de candidaturas

De 01/09/2023 a 30/11/2023

## Dotação fundo indicativa disponível neste Fundo e Taxa máxima de cofinanciamento aviso

11 750 000 €

FEAMPA

70%

Taxa máxima FEAMPA no apoio público, cujo montante é determinado de acordo com as taxas estabelecidas no artigo 45.º da [Portaria n.º 186/2023 de 3 de julho](#).

## Programa financiador

Programa MAR 2030

## Entidade gestora do apoio

Autoridade de Gestão do MAR 2030

## Contactos para mais informações

Linha dos Fundos 800 10 35 10 (09:00-18:00h - gratuito)

Correio eletrónico: [linhadosfundos@linhadosfundos.pt](mailto:linhadosfundos@linhadosfundos.pt)

Programa MAR 2030

Telefone: +351 211 165 700

Correio eletrónico: [geral@mar2030.pt](mailto:geral@mar2030.pt)

**Código do aviso** MAR2030-2023- 5

**Data de publicação** 01/09/2023

**Natureza do aviso** Concurso

**Âmbito de atuação** Operações

### Designação do aviso

Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura no Domínio dos Investimentos Produtivos

### Finalidades e objetivos

Promover o desenvolvimento sustentável da aquicultura, melhorando o desempenho económico e ambiental das empresas aquícolas, garantindo a sustentabilidade e a segurança alimentares.

### Dotação

<b>Programa</b>	MAR 2030
<b>Prioridade do Programa</b>	2 - Fomentar atividades de aquicultura sustentáveis e a transformação e comercialização de produtos da pesca e da aquicultura, contribuindo assim para a segurança alimentar da União
<b>Objetivos específicos</b>	FSO2.1- Promover atividades de aquicultura sustentáveis, em especial reforçando a competitividade da produção aquícola, assegurando simultaneamente que essas atividades sejam ambientalmente sustentáveis a longo prazo
<b>Tipologia de Ação</b>	FSO2.1-01- Investimentos produtivos na aquicultura; FSO2.1-02 - Investimentos em eficiência energética, economia circular, digitalização, apoio ao prémio do seguro aquícola e as medidas de saúde e bem-estar animal
<b>Tipologia de intervenção</b>	FSO2.1-01 -01- Investimentos produtivos na aquicultura; FSO2.1-02-01 - Investimentos em eficiência energética, economia circular, digitalização, apoio ao prémio do seguro aquícola e as medidas de saúde e bem-estar animal
<b>Tipologia de operação</b>	8503 - Investimento na redução do consumo de energia e na eficiência energética 8504 - Investimento em sistemas de energias renováveis 8546 - Atividades de comercialização 8547 - Investimentos no bem-estar dos animais 8517 - Desenvolvimento da inovação comercial 8518 - Desenvolvimento da inovação de processos 8519 - Desenvolvimento da inovação do produto 8545 - Investimentos produtivos para uma aquicultura sustentável 8515 - Investimentos de apoio ao desenvolvimento de empresas (desenvolvimento de estratégias, administração, equipamento) 8548 - Consumo da água e melhoria da qualidade da água 8513 – Investimentos nas condições do trabalho 8549 - Regimes de seguro

Fundo	Valor Dotação Fundo	Taxa Máxima	Valor Dotação Nacional	Fonte de Financiamento Nacional disponível
FEAMPA	11.750.000€	100% (*)	5.035.714€	Orçamento de Investimento
<b>Dotação Global</b>	<b>11.750.000€</b>		<b>5.035.714 €</b>	

(Duplicar a tabela conforme as necessidades)

(\*) A taxa de apoio público é determinada de acordo com o estabelecido no artigo 45.º da [Portaria n.º 186/2023 de 3 de julho](#).

## Enquadramento em instrumentos territoriais

Não aplicável

## Área geográfica

Portugal Continental

## Legislação nacional

### Tem política pública regulada?

- Não
- Sim. Qual? Os objetivos específicos prosseguidos são enformados pela Política Comum de Pescas e/ou pela Política Marítima integrada da União Europeia

### Tem regulamento específico?

- Não
- Sim. Qual? [Portaria n.º 186/2023 de 3 de julho](#)

## Ações elegíveis

São elegíveis ao presente aviso as ações previstas no artigo 39.º da [Portaria n.º 186/2023 de 3 de julho](#).

a) Inovação promovida por empresas ou em copromoção com universidades ou centros de investigação, desde que liderada pela empresa, que inclui, entre outros, os seguintes investimentos:

- i) Modernização dos meios de produção, para aumento da qualidade dos produtos e da capacidade de produção;
- ii) Monitorização para maior controlo da qualidade do ambiente de produção;
- iii) Redução do impacto da atividade no ambiente, designadamente na qualidade das águas marinhas, sobretudo no caso de explorações aquícolas *offshore*, de molde a salvaguardar o cumprimento dos objetivos preconizados pela Diretiva Quadro Estratégia Marinha;
- iv) Redução da dependência do consumo de farinha e óleo de peixe;
- v) Melhoria do bem-estar animal ou novos métodos de produção sustentáveis;

- vi) Criação ou introdução no mercado de novas espécies aquícolas;
- vii) Intervenções relacionadas com a eficiência energética, o uso de energias renováveis, a economia circular e com a introdução de novas tecnologias ligadas à economia digital tendo em vista a concretização de processos desmaterializados com clientes e ou fornecedores através da utilização de tecnologias de informação e comunicação;
- viii) Outros investimentos produtivos;
- ix) Desenvolvimento de estratégias de comercialização e internacionalização, incluindo as ações promocionais ou de prospeção e desenvolvimento de produto, que não se integram em ações organizadas pelas associações e organizações de produtores;
- x) Inovação de *marketing*, que passe pela implementação de um novo método de *marketing* na empresa, com mudanças significativas no *design* do produto ou na sua embalagem, ou na sua promoção e distribuição;

b) Constituição de *start-ups* e de *spin-offs*, que tenham como finalidade iniciar a produção aquícola;

c) Construção ou modernização de unidades de produção aquícola, maternidades ou estabelecimentos conexos, de unidades de manuseio, de acondicionamento e embalagem quando integradas em estabelecimentos aquícolas, e instalação de zonas de transposição de moluscos bivalves vivos;

d) Diversificação da produção aquícola e das espécies cultivadas, designadamente, inerentes a cultura de macroalgas e microalgas, enquanto organismos sequestradores de carbono e compostos azotados, e a culturas multitróficas que associem diferentes tipos de organismos, designadamente peixes, bivalves e algas, minimizando o impacto da administração de alimento no ambiente;

e) Modernização de unidades de produção aquícola ou estabelecimentos conexos, tendentes à melhoria da qualidade dos produtos por aplicação de técnicas de manuseio adequadas;

f) Descarbonização, que passe pela construção ou modernização de embarcações de apoio à atividade aquícola que incentivem o uso de energias renováveis, ou pela utilização de veículos de comercialização e de transporte com reduzidas emissões de carbono;

g) Apoio à promoção da saúde e do bem-estar dos animais, incluindo a aquisição de equipamentos destinados a proteger as explorações contra os predadores selvagens;

h) Requalificação de tanques naturais ou artificiais utilizados para a aquicultura, através da remoção do limo e sedimentos, ou investimentos destinados a impedir o depósito do limo e sedimentos ou de requalificação ou reconversão de antigas marinhas de sal com vista ao desenvolvimento da atividade aquícola;

i) Investimentos em sistemas de recirculação fechados, minimizando a utilização de água e promovendo a eficiência energética através do controlo de temperaturas e fazendo uso da produção de energia a partir de energias renováveis;

j) Investimentos em processos de certificação e de registo de marcas ou de patentes;

k) Organização das empresas, designadamente para capacitação da gestão.

## Entidades beneficiárias (incluindo destinatários, quando relevante)

Podem beneficiar dos apoios previstos no presente aviso as empresas previstas no n.º 1 do artigo 41.º da Portaria n.º 186/2023 de 3 de julho :

a) As empresas cuja atividade se enquadre numa das subclasses da CAE 03210 «Aquicultura em águas salgadas e salobras» ou 03220 «Aquicultura em águas doces»;

b) As empresas que exercem a sua atividade através de centros de depuração em estabelecimentos conexos — centros de depuração e/ou expedição com CAE 46381 «Comércio por grosso de peixe, crustáceos e moluscos».

No caso de operações de inovação lideradas por uma empresa e realizadas em copromoção, podem ainda ser beneficiários as entidades identificadas no n.º 2 do artigo 41.º da Portaria n.º 186/2023 de 3 de julho:

- a) Instituições do ensino superior, respetivos institutos e unidades de I&D;
- b) Laboratórios do Estado ou internacionais com sede ou representação permanente em Portugal;
- c) Instituições privadas sem fins lucrativos que tenham como objeto principal atividades de I&D;
- d) Outras instituições públicas e privadas, sem fins lucrativos, que desenvolvam ou participem em atividades de investigação científica.

## Condições específicas ou normas técnicas a observar pelos beneficiários ou operações

No que se refere a beneficiários, sem prejuízo dos critérios de elegibilidade previstos no artigo 14.º [Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março](#), que estabelece o regime geral de aplicação dos fundos europeus do Portugal 2030 e dos critérios gerais definidos no artigo 5.º da [Portaria n.º 186/2023 de 3 de julho](#), os beneficiários do presente aviso devem ainda cumprir os requisitos previstos no artigo 42.º da mesma Portaria:

- a) Detenham título de atividade aquícola e número de controlo veterinário, quando aplicável; e
- b) Apresentem uma situação económico-financeira equilibrada.

Considera -se existir uma situação económica e financeira equilibrada quando a autonomia financeira pré-projeto seja igual ou superior a 15 %, ou 20 % no caso de não PME, tendo por base o último exercício encerrado à data da apresentação da candidatura.

A autonomia financeira referida no número anterior é calculada a partir da seguinte fórmula:

$$\text{Autonomia financeira} = \text{CP} / \text{AT} \times 100$$

em que:

CP — capitais próprios da empresa, incluindo os suprimentos e ou empréstimos de sócios ou acionistas, desde que estes venham a ser incorporados em capital próprio até à data do primeiro pedido de pagamento;

AT — ativo total da empresa.

Relativamente aos beneficiários que, à data de apresentação da candidatura, não tenham desenvolvido qualquer atividade, ou não tenha ainda decorrido o prazo legal de apresentação do balanço e contas, bem como aos empresários em nome individual sem contabilidade organizada, considera -se que possuem uma situação financeira equilibrada se suportarem, com capitais próprios, pelo menos 20 % do custo total do investimento.

Os beneficiários podem comprovar os indicadores referidos no n.º 2 com informação mais recente, devendo para o efeito apresentar os respetivos balanços e demonstrações de resultados devidamente certificados por contabilista certificado.

No que se refere a operações, sem prejuízo dos critérios de elegibilidade previstos no artigo 19.º do [Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março](#), a elegibilidade das operações ao presente aviso está também sujeita ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no artigo 6.º e no artigo 40.º da [Portaria n.º 186/2023 de 3 de julho](#):

- a) Demonstrar coerência com o Plano Estratégico para a Aquicultura Portuguesa 2021 -2030;
- b) Ser sustentadas por uma análise estratégica da empresa que identifique as áreas de competitividade críticas para o negócio em que se insere, diagnostique a situação da empresa nestas áreas críticas e fundamente as opções de investimento consideradas na candidatura;
- c) Ter um investimento elegível de valor igual ou superior a 10 000 euros, e um investimento total máximo de 20 milhões de euros, que se reduz para 4 milhões de euros caso o estabelecimento se localize na NUTS II Algarve;
- d) Demonstrar a viabilidade económico-financeira do projeto, sustentada em plano empresarial e, quando o investimento seja superior a 50 mil euros, num estudo de viabilidade;
- e) Demonstrar que se encontram asseguradas as fontes de financiamento, incluindo o financiamento por empréstimo bancário, quando necessário, devendo ser garantido um mínimo de 20 % de capitais próprios, que pode incluir novas entradas de capital, nomeadamente capital social, incorporação de suprimentos e prestações suplementares de capital, desde que venham a ser incorporados em capital próprio ao longo da concretização do projeto e até à sua conclusão material e financeira;
- f) Demonstrar a existência de perspetivas de comercialização no mercado sustentáveis para o produto, mediante relatório de comercialização independente, no caso de empresas aquícolas com menos de um ano de atividade ou, para as restantes empresas, com base na análise histórica dos clientes da empresa e a sua projeção após realização do projeto.

Os beneficiários devem comprovar as informações contabilísticas com base no último exercício encerrado à data de apresentação da candidatura, podendo ser usada informação mais recente, devendo para o efeito apresentar os respetivos balanços e demonstrações de resultados devidamente certificados por um contabilista certificado.

Considera-se que se encontram asseguradas as fontes de financiamento nas operações das entidades que em copromoção desenvolvam as atividades de investigação científica quando o valor do investimento se encontre previsto em orçamento ou quando exista declaração emitida pelo beneficiário da sua inscrição em anos futuros.

Não é concedido apoio a operações que:

- a) Consistam em investimentos em equipamentos ou infraestruturas, destinados a garantir o cumprimento de exigências do direito da União Europeia relacionadas com o ambiente, a saúde humana ou animal, a higiene ou o bem-estar dos animais, a partir do momento em que essas exigências se tornem obrigatórias para as empresas, com exceção para os casos em que o investimento respeite a novas instalações;
- b) Envolvam a cultura de organismos geneticamente modificados.

### Modalidade de apresentação de candidaturas

individualmente ou em copromoção

### Número máximo de candidaturas

Uma por operador económico

### Duração das operações

2 anos



## Condições de atribuição de financiamento da operação

A taxa de apoio é de até:

- a) 60 % nos casos em que as operações sejam executadas por PME e se destinem a apoiar a aquicultura sustentável;
- b) 75 % no caso de *start-ups* e *spin-offs* ou em projetos em copromoção destinados a introduzir produtos, processos ou equipamentos inovadores na empresa;
- c) 100 % das despesas elegíveis, no caso de operações em que o beneficiário é um organismo público.
- d) 50 % das despesas elegíveis, nos demais casos.

Sempre que uma operação possa ser enquadrada em mais do que uma das alíneas do número anterior, aplica-se a taxa máxima de apoio mais elevada.

Devem ser cumpridas as condições fixadas relativas ao enquadramento do beneficiário e da candidatura no âmbito do presente Aviso bem como as obrigações e as condições gerais e específicas de elegibilidade do beneficiário e das operações, definidas na legislação em vigor, nomeadamente, no Regulamento (UE) 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho, no Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março, que estabelece o regime geral de aplicação dos fundos europeus do Portugal 2030 e na Portaria 186/2023, de 3 de julho, que adota o Regulamento específico das medidas de apoio do Programa Mar 2030.

## Auxílios de Estado

- Aplicável?**      **Enquadrar:**
- Regulamento Geral de Isenção de Categoria
  - Auxílio de minimis
  - Notificação à Comissão Europeia
  - Serviço de Interesse Económico Geral

- Não Aplicável?**      **Fundamentar:**

Excecionado ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 10º Regulamento (UE) n.º 1139/2021 do Parlamento Europeu e do Conselho de 7/07/2021

## Formas de apoios

- Subvenção**
- Custos reais
  - Custos Unitários
  - Em programa
  - Nacional
- Data da decisão  
Deliberação CIC n.º

<input type="checkbox"/>	Montantes Fixos	<input type="checkbox"/>	Em programa	Data da decisão	
		<input type="checkbox"/>	Nacional	Deliberação CIC nº	XXXXXX
<input checked="" type="checkbox"/>	Taxa Fixa	40	% da taxa	Artigo	56.º RDC
<input type="checkbox"/>	Financiamento não associado a custos			Data da decisão	00-00-0000

Instrumento financeiro

### Custos elegíveis

Sem prejuízo do disposto no artigo 20.º do [Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março](#) e do disposto no artigo 8.º da [Portaria n.º 186/2023 de 3 de julho](#), são elegíveis para efeitos de apoio público ao presente aviso, as despesas diretamente relacionadas com a atividade apoiada, identificadas no artigo 43.º da mesma Portaria:

- a) Construção, modernização ou adaptação de edifícios ou de instalações;
- b) Aquisição de edifícios ou instalações, exceto no que diz respeito ao valor correspondente ao terreno;
- c) Vedações, meios e sistemas de segurança e proteção, incluindo os que visam os predadores selvagens;
- d) Preparação de terrenos;
- e) Aquisição e instalação de máquinas e equipamentos;
- f) Aquisição de equipamentos e meios de movimentação interna;
- g) Aquisição de contentores específicos para o transporte de juvenis;
- h) Aquisição de equipamentos e sistemas informáticos e telemáticos, incluindo a adoção de *Enterprise Resources Planning* (ERP);
- i) Trabalhos de adaptação ou melhoramento da circulação hidráulica;
- j) Aquisição de sistemas de automatização;
- k) Aquisição e instalação de equipamentos necessários à produção e distribuição de energia;
- l) A construção de estações de pré-tratamento de águas residuais (EPTAR) ou de estações de tratamento de águas residuais (ETAR), bem como a instalação dos respetivos sistemas e equipamentos;
- m) Apenas no caso da construção de novos estabelecimentos produtivos, as instalações e equipamentos sociais que assegurem a qualidade das condições de trabalho das instalações;
- n) Aquisição ou adaptação de embarcações de serviço específicas para a atividade aquícola;
- o) Aquisição de veículos aprovados e certificados, nos termos do Acordo Internacional de Transporte de Produtos Perecíveis sob Temperatura Dirigida, para transporte de produtos da aquicultura em estado refrigerado, e aquisição de

veículos comerciais ligeiros de emissões nulas equipados com contentores isotérmicos para transporte e armazenamento de pescado;

- p) Despesas relativas ao desenvolvimento de aplicações dirigidas à realização de vendas *on -line*, bem como relativas à aquisição do *hardware* e *software* informático que se revelem adequadas a esta finalidade;
- q) Sistemas e equipamentos destinados à verificação, controlo e certificação da qualidade e rastreamento dos produtos;
- r) Despesas de auditoria e consultoria especializada, de consultoria e elaboração ou de acompanhamento da candidatura, a fiscalização de obras, desde que realizada por uma entidade externa ao beneficiário e ao construtor, as despesas de preparação do licenciamento, nas quais se incluem estudos e projetos técnico-económicos ou de impacte ambiental, excluindo-se destes, o pagamento de escrituras, taxas ou emolumentos;
- s) Planos que visem a implementação de sistemas de segurança alimentar, controlo de qualidade e certificação de acordo com a legislação em vigor;
- t) Despesas com formação profissional diretamente relacionadas com o objeto e os objetivos da operação;
- u) Despesas com capacitação nas áreas de gestão de empresas, incluindo matérias contabilísticas, no caso de empresas com regime de contabilidade simplificada que pretendam adotar o regime de contabilidade organizada podendo ser igualmente apoiado o custo com a contratação de um contabilista certificado com um limite de 12 meses para essa prestação de serviços;
- v) Despesas que introduzam, na empresa, práticas de mitigação de risco de mortalidade, relativas à contratação e pagamento de prémio de seguro aquícola, limitadas ao primeiro ano de contratação, quando integradas num projeto de investimento produtivo de uma PME;
- w) Nas operações de constituição de start-ups e de spin-offs, que tenham como finalidade iniciar a produção aquícola a aquisição de ovos, larvas, juvenis e progenitores, bem como a constituição de fundo de maneio;
- x) O custo com a contratação de um máximo de dois novos quadros técnicos por cada micro e pequena empresa apoiada, com nível de qualificação igual ou superior a 6, correspondente a licenciatura, nos termos definidos na Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho, na medida em que sejam utilizados no projeto.

Nas operações realizadas em co-promoção, as despesas elegíveis relativas aos beneficiários parceiros previstos no n.º 2 do artigo 41.º da [Portaria n.º 186/2023 de 3 de julho](#), são as que se encontram identificadas na alínea b) do n.º 2 do artigo 44.º da mesma Portaria, isto é os custos diretos com pessoal, a que acresce uma taxa fixa de 40 % dos custos elegíveis diretos com pessoal, para cobrir todos os restantes custos elegíveis da operação. Os custos diretos com pessoal são financiados com recurso a uma taxa horária calculada para cada operação, de forma objetiva, dividindo os custos anuais brutos do trabalho registados no ano civil anterior ao do pedido de apoio por 1720 horas, de acordo com as seguintes regras:

- 1) Os custos anuais são documentados com base numa relação dos trabalhadores da entidade beneficiária, organizada por categoria profissional/perfil funcional, com referência de remuneração base, subsídio de férias, subsídio de Natal, aos quais se aplica o limite correspondente ao valor das remunerações definido na tabela remuneratória aplicada à Administração Pública, acrescido de subsídio de refeição e contribuições obrigatórias;
- 2) Uma vez obtida a taxa horária para cada categoria profissional/perfil funcional de recurso humano afeto pelo beneficiário à operação, a mesma é multiplicada pelo número de horas correspondentes a essa afetação, obtendo -se assim o custo elegível para fins de cofinanciamento.

### Regras ou limites específicos à elegibilidade de despesa (Quando aplicável)

1. A elegibilidade das despesas tem início a partir de 1 de janeiro de 2021, conforme exceção prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 8.º da [Portaria n.º 186/2023 de 3 de julho](#)
2. Os custos elegíveis com a contratação de até dois novos quadros técnicos, apenas aplicável às micro e pequenas empresas apoiadas, previstos na alínea x) do artigo 43.º da [Portaria n.º 186/2023 de 3 de julho](#), são determinados de acordo com os requisitos estabelecidos no ponto 2 do mesmo artigo 43.º, estabelecendo-se como limite máximo para efeitos do presente aviso, um salário base de 1.600 € (mil e seiscentos euros). O limite máximo de contratação de dois técnicos é aferido por cada micro e pequena empresa apoiada no âmbito do programa. Esta contratação deve dizer respeito a recursos humanos com um nível de qualificação igual ou superior a 6, correspondente a licenciatura, nos termos definidos no anexo ii da Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho, na medida em que sejam utilizados no projeto.
3. Para efeitos de cumprimento da condição prevista na alínea e) do n.º 2 do Artigo 43.º da [Portaria n.º 186/2023 de 3 de julho](#), considera-se criação líquida de postos de trabalho o aumento líquido do número de trabalhadores diretamente empregados na entidade beneficiária, calculado pela diferença entre o número de trabalhadores no momento da apresentação do último pedido de pagamento e a média mensal do número de trabalhadores nos seis meses anteriores à data da apresentação da candidatura, a demonstrar através dos mapas de remunerações da segurança social, e desde que reúna cumulativamente as seguintes condições:
  - i) Ter por base a celebração de contrato de trabalho escrito entre a entidade beneficiária e o trabalhador;
  - ii) Os trabalhadores a contratar não terem tido vínculo laboral com a entidade beneficiária ou entidades parceiras ou associadas destas, durante os 12 meses anteriores à data de apresentação da candidatura;
  - iii) Não corresponder a postos de trabalho de gerentes, administradores e ou sócios da entidade beneficiária, com exceção do autoemprego criado por beneficiários das prestações de desemprego, ou de gerentes remunerados em empresas novas, desde que a primeira despesa ocorra até 3 meses após a data da sua constituição;
  - iv) Os postos de trabalho criados estarem diretamente associados ao desenvolvimento da operação objeto de apoio.
4. As despesas previstas na alínea o) do n.º 1 do artigo 43.º da Portaria n.º 186/2023 de 3 de julho relativas à aquisição de veículos aprovados e certificados, nos termos do Acordo Internacional de Transporte de Produtos Perecíveis sob Temperatura Dirigida, para transporte de produtos da aquicultura em estado refrigerado, e aquisição de veículos comerciais ligeiros de emissões nulas equipados com contentores isotérmicos para transporte e armazenamento de pescado, estão limitadas a 20% das restantes despesas elegíveis;
5. As despesas previstas na alínea r) do n.º 1 do artigo 43.º da [Portaria n.º 186/2023 de 3 de julho, reativas](#) auditoria e consultoria especializada, de consultoria e elaboração ou de acompanhamento da candidatura, a fiscalização de obras e as despesas de preparação do licenciamento, estão limitadas a 6% das restantes despesas elegíveis.
6. Nas operações realizadas em co-promoção as despesas realizadas pelas entidades parceiras estão limitadas aos custos unitários e taxas fixas apurados de acordo com o estabelecido na alínea b) do n.º 2 do artigo 44.º da [Portaria n.º 186/2023 de 3 de julho](#).

Formas de pagamento



Adiantamentos %



Reembolso



Contra fatura

Os pagamentos ao projeto são efetuados de acordo com o estabelecido no artigo 10.º da [Portaria n.º 186/2023 de 3 de julho](#).

No presente Aviso, os pagamentos aos beneficiários são efetuados a título de adiantamento (adiantamento inicial até 10%, adiantamento contra fatura e adiantamento contragarantia), reembolso e/ou pagamento final).

O pedido de pagamento final, não pode ser inferior a 5% do valor do apoio aprovado e deve ser apresentado à respetiva Autoridade de Gestão até 90 dias úteis a contar da data da conclusão da operação, podendo este prazo ser prorrogado mediante justificação fundamentada a apresentar à Autoridade de Gestão ou Organismo Intermédio com funções de gestão atribuídas.

### Indicadores de realização

<b>Programa</b>	MAR 2030	
<b>Tipologia de intervenção</b>	FSO2.1-01 -01 - Investimentos produtivos na aquicultura; FSO2.1-02-01 - Investimentos em eficiência energética, economia circular, digitalização, apoio ao prémio do seguro aquícola e as medidas de saúde e bem-estar animal	
<b>Tipologia de operação</b>	8503 - Investimento na redução do consumo de energia e na eficiência energética 8504 - Investimento em sistemas de energias renováveis 8546 - Atividades de comercialização 8547 - Investimentos no bem-estar dos animais 8517 - Desenvolvimento da inovação comercial 8518 - Desenvolvimento da inovação de processos 8519 - Desenvolvimento da inovação do produto 8545 - Investimentos produtivos para uma aquicultura sustentável 8515 - Investimentos de apoio ao desenvolvimento de empresas (desenvolvimento de estratégias, administração, equipamento) 8548 - Consumo da água e melhoria da qualidade da água 8513 – Investimentos nas condições do trabalho 8549 - Regimes de seguro	
<b>Código do indicador</b>	<b>Designação do indicador</b>	<b>Unidade</b>
CO01	Operações aprovadas	N.º
<b>Descrição</b>	O indicador reporta a quantificação das operações que contribuem para o alcance da tipologia de intervenção	
<b>Método de cálculo</b>	Somatório simples	

(Duplicar a tabela conforme as necessidades)

### Indicadores de resultado

<b>Programa</b>	MAR 2030	
<b>Tipologia de intervenção</b>	FSO2.1-01 -01 - Investimentos produtivos na aquicultura; FSO2.1-02-01 - Investimentos em eficiência energética, economia circular, digitalização, apoio ao prémio do seguro aquícola e as medidas de saúde e bem-estar animal	
<b>Tipologia de operação</b>	8503 - Investimento na redução do consumo de energia e na eficiência energética 8504 - Investimento em sistemas de energias renováveis 8546 - Atividades de comercialização 8547 - Investimentos no bem-estar dos animais	

	8517 - Desenvolvimento da inovação comercial 8518 - Desenvolvimento da inovação de processos 8519 - Desenvolvimento da inovação do produto 8545 - Investimentos produtivos para uma aquicultura sustentável 8515 - Investimentos de apoio ao desenvolvimento de empresas (desenvolvimento de estratégias, administração, equipamento) 8548 - Consumo da água e melhoria da qualidade da água 8513 – Investimentos nas condições do trabalho 8549 - Regimes de seguro	
<b>Código do indicador</b>	<b>Designação do indicador</b>	<b>Unidade</b>
CR01	Nova capacidade de produção	Toneladas/ ano
<b>Descrição</b>	O indicador reporta a situação de produção nos pós projeto	
<b>Método de cálculo</b>	No pré projeto o Beneficiário apresenta uma estimativa da produção que pretende vir a realizar, que é confirmada nos pós projeto, mediante submissão de relatório final	
(Duplicar a tabela conforme as necessidades)		
<b>Programa</b>	MAR 2030	
<b>Tipologia de intervenção</b>	FSO2.1-01 -01 - Investimentos produtivos na aquicultura; FSO2.1-02-01 - Investimentos em eficiência energética, economia circular, digitalização, apoio ao prémio do seguro aquícola e as medidas de saúde e bem-estar animal	
<b>Tipologia de operação</b>	8503 - Investimento na redução do consumo de energia e na eficiência energética 8504 - Investimento em sistemas de energias renováveis 8546 - Atividades de comercialização 8547 - Investimentos no bem-estar dos animais 8517 - Desenvolvimento da inovação comercial 8518 - Desenvolvimento da inovação de processos 8519 - Desenvolvimento da inovação do produto 8545 - Investimentos produtivos para uma aquicultura sustentável 8515 - Investimentos de apoio ao desenvolvimento de empresas (desenvolvimento de estratégias, administração, equipamento) 8548 - Consumo da água e melhoria da qualidade da água 8513 – Investimentos nas condições do trabalho 8549 - Regimes de seguro	
<b>Código do indicador</b>	<b>Designação do indicador</b>	<b>Unidade</b>
CR03	Empresas criadas	N.º
<b>Descrição</b>	O indicador reporta o número de empresas criadas em consequência da atribuição do incentivo	
<b>Método de cálculo</b>	O valor do indicador consiste no resultado obtido em cada operação, contabilizando o campo de identificação da natureza da operação: criação/modernização da empresa. O resultado a ser verificado no final da operação.	

## Consequências do incumprimento dos indicadores

A execução parcial da operação face aos objetivos e resultados aprovados, aferida pelo não alcance das metas definidas na decisão de aprovação do apoio público para os indicadores de resultados do projeto, constitui fundamento para redução do apoio público exceto quando esse incumprimento decorra de factos não imputáveis ao beneficiário.

Consideram-se cumpridos os indicadores de resultado contratualizados na aprovação do Financiamento, quando a percentagem de cumprimento for igual ou superior a 70% do contratualizado.

Abaixo desse limiar será aplicada uma redução no apoio publico proporcional à percentagem de incumprimento, de acordo com o seguinte:

- Aplicação de uma penalização de 0,5 p.p na taxa de apoio público, por cada ponto percentual abaixo do limiar do cumprimento de cada um dos indicadores contratualizados;
- A redução da taxa de apoio publico resultante da aplicação da penalização referida no ponto anterior, para a totalidade dos indicadores que incumprirem, está limitada a 5 p.p.

Sem prejuízo das penalizações na taxa de apoio público decorrentes do incumprimento dos resultados contratualizados, as operações que não atinjam os objetivos essenciais previstos na aprovação do Financiamento, pondo em causa as finalidades que determinaram a sua aprovação, podem ser objeto de revogação nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 33.º do [Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março](#).

Nos termos do n.º 3 do artigo 43.º da [Portaria n.º 186/2023 de 3 de julho](#), no caso de operações enquadráveis na tipologia de copromoção, os beneficiários parceiros devem apresentar, no pedido de pagamento de saldo final, uma autoavaliação qualitativa das realizações e resultados atingidos, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 22.º do [Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março](#).

Mecanismos de bonificação (Quando aplicável)

Não aplicável.

**Critérios de seleção das operações aprovados em:** 21/03/2023

## Obrigações dos beneficiários em matéria de notoriedade, transparência e comunicação

Constituem obrigações dos beneficiários dar a conhecer o apoio do FEAMPA às operações, nos seguintes termos:

Para todas as operações:

1. nos sítios na internet e nas redes sociais dos Beneficiários, caso existam, dos emblemas financiadores – do Programa, do PT 2030 e da União Europeia -, que devem encontrar-se permanentemente visíveis na página de abertura, devendo ainda ser assegurada a disponibilização da descrição da operação apoiada, com elementos audiovisuais de apoio;

2. nos edificados, equipamentos ou ações imateriais: aposição dos emblemas financiadores nos próprios equipamento ou materiais impressos, com visibilidade e legibilidade adequadas;

Para operações:

1. cujo custo elegível financiado seja superior a 500 mil €: realização de um vídeo, com duração não inferior a um minuto, para apresentação da operação, seus objetivos e resultados, com cedência de direitos de autor à autoridade de gestão, podendo a realização do vídeo ser elegível em moldes a definir em sede de aviso para a apresentação da candidatura;
2. superiores a 10 milhões de € ou consideradas de importância estratégica, deve ser organizada pelo Beneficiário uma atividade de comunicação: organização de uma atividade de comunicação.

## Entidades que intervêm no processo

Autoridade de Gestão do MAR 2030

Direções Regionais de Agricultura e Pescas

Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP



## Aviso para apresentação de candidaturas

Apoio para

Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura no Domínio dos Investimentos Produtivos

### Processo de admissão e seleção das candidaturas

#### Apresentação

##### Como se apresentam

As candidaturas são apresentadas:

- online no Balcão dos Fundos em [balcaofundosue.pt](http://balcaofundosue.pt)

Vai precisar de preencher o formulário de candidatura e entregar os documentos listados em [Anexo A – Candidatura > Documentos necessários para apresentar uma candidatura](#)

##### Quais são os critérios de seleção

As candidaturas são selecionadas com base numa avaliação de mérito do projeto (MP), que resulta da aplicação da seguinte fórmula:

$$MP = 0,4 \times AT + 0,6 \times AE$$

Em que:

MP = pontuação final; AT = apreciação técnica; AE = apreciação estratégica

Na AT é avaliada a valia financeira do investimento a realizar, através do valor da Taxa Interna de Rendibilidade em relação à REFI.

Na AE é avaliado o mérito da operação através de pontuação dos efeitos esperados do projeto na competitividade da empresa, na eficiência e descarbonização e na economia nacional.

A pontuação da AT e da AE pode atingir um máximo de 100 pontos.

A AT é pontuada de 0 a 100 pontos de acordo com a taxa interna de rendibilidade (TIR) da operação sendo pontuada de acordo com a seguinte tabela:

TIR	Pontuação
TIR < REFI	• 0

TIR = REFI	• 50
REFI < TIR ≤ REFI + 2	• 65
REFI + 2 < TIR ≤ REFI + 4	• 80
TIR > REFI + 4	• 100

A REFI é a taxa de refinanciamento do Banco Central Europeu em vigor no 1.º dia útil de cada mês correspondente à apresentação ou reformulação da candidatura

A AE é efetuada de acordo com as seguintes alíneas, podendo atingir um máximo de 100 pontos:

a) Pontuação relativa à dimensão da empresa

Start up ou spin-off — 50 pontos;

Micro e pequena empresa — 40 pontos;

Média empresa — 30 pontos;

Grande empresa — 20 pontos.

b) À pontuação prevista na alínea anterior acrescem as seguintes majorações que são atribuídas sempre que a operação preveja intervenções relacionadas com o parâmetro em causa:

Efeito do projeto na	Parâmetros	10 pontos	6 pontos
Competitividade da empresa	Diversificação da oferta	O projeto dá lugar à introdução de uma nova espécie	
	Qualificação da gestão	O projeto prevê a realização de ações de formação dirigidas à melhoria das competências profissionais em matéria de gestão empresarial	O projeto prevê a realização de investimentos que melhorem as condições de trabalho dos seus profissionais (investimentos em áreas sociais - dentro da unidade produtiva- ou em climatização)
Eficiência e descarbonização	Eficiência no uso de recursos	O projeto prevê investimentos que aumentem a eficiência no uso de recursos naturais (ex. água, nomeadamente através de RAS) ou que reduzam a poluição.	

		O projeto prevê investimentos relativos à reutilização de desperdícios gerados na própria empresa	O projeto prevê investimentos que reduzem os impactes negativos no ambiente gerados pela atividade
	Digitalização	O projeto prevê investimentos relativos à digitalização do processo produtivo (entendendo-se a produção como incluindo a comercialização, podendo envolver quer os fornecedores quer os clientes através do comércio on-line)	O projeto prevê investimentos relativos à digitalização em qualquer uma das restantes áreas da empresa
	Descarbonização	O projeto prevê investimentos tendo em vista a descarbonização, nomeadamente com a construção de embarcação de apoio energeticamente sustentável ou a adaptação de embarcação de apoio existente no sentido da sua conversão energética, utilizando fontes menos poluentes	O projeto prevê a realização de outros investimentos que promovem o uso de energias renováveis (ex painéis solares)
Economia	Reforço da segurança alimentar	Aumento em 20% ou mais da capacidade de produção da empresa face ao pré-projeto	Aumento em mais de 10% e menos de 20% da capacidade de produção face ao pré-projeto
		O projeto prevê investimentos que melhoram o bem-estar animal	
		O projeto envolve a conversão de métodos de aquicultura convencional para aquicultura biológica ou multitrófica	
	Redução da dependência de matérias-primas	O projeto prevê a construção de maternidade	O projeto prevê a construção de berçário
	Dinamização das exportações	Após a realização do projeto a produção global prevista destina-se em 40%, ou mais, à exportação	Após a realização do projeto a produção global prevista destina-se entre 10% a 40% à exportação.

	Diversificação dos mercados internacionais	Diversificação dos mercados internacionais de destino (mais de um novo país de destino no mercado internacional ou um país de destino que não integre a lista dos principais países de destino das exportações portuguesas) *	Diversificação dos mercados internacionais de destino (um novo país de destino no mercado internacional)
--	--	---	--

À pontuação desta tabela acrescem 10 p.p. caso se trate de introduzir inovação a nível da empresa

\* aferido com base no Relatório Anual do INE - Estatísticas da Pesca – disponível em

[www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOEstipo=ea&PUBLICACOEScoleccion=107656&selTab=tab0&xlang=pt](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOEstipo=ea&PUBLICACOEScoleccion=107656&selTab=tab0&xlang=pt)

Não podem ser objeto de seleção as operações cuja classificação final do Mérito do projeto seja inferior a 50 pontos. Adicionalmente, são excluídas as candidaturas que não obtenham no mínimo 50 pontos em cada uma das Apreciações técnica e estratégica.

Caso exista uma insuficiente dotação fixada no Aviso de abertura de candidaturas, face aos pedidos de apoio, as candidaturas são ainda avaliadas de acordo com o seu mérito relativo, que resulta da comparação entre o mérito da operação e o mérito das demais operações candidatas na mesma fase de decisão, com hierarquização final das candidaturas avaliadas, para efeitos de decisão de financiamento.

Em caso de igualdade pontual, o critério de desempate é o da pontuação obtida no critério de seleção relativo à Apreciação Estratégica. Mantendo-se o empate, na pontuação obtida, é, então, utilizada a data de apresentação da candidatura prevalecendo as que tenham sido primeiramente apresentadas.

## Como funciona o processo de análise e decisão das candidaturas

### Calendário de candidaturas

Abertura	01-09-2023
Fecho	30-11-2023
Análise	04-12-2023 a 29-02-2024
Data limite para comunicação da Decisão aos beneficiários(*)	07-03-2024

(\*) não inclui o prazo legalmente previsto para audiência de interessados

## Processo de análise e decisão

O processo de decisão das candidaturas integra quatro fases:

- i) Verificação das condições de elegibilidade dos beneficiários previstas na regulamentação geral e específica aplicável aos Fundos Europeus e no presente aviso.
- ii) Verificação dos critérios de elegibilidade definidos para a operação pela Autoridade de Gestão do Programa em conformidade com o texto do respetivo Programa e da regulamentação geral e específica dos Fundos Europeus e no presente aviso;
- iii) Avaliação do mérito do projeto, com base na metodologia e nos critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do Programa;
- iv) Decisão sobre o financiamento dos projetos em conformidade com as regras de elegibilidade definidas e tendo em conta as disponibilidades financeiras.

A análise da candidatura, efetuada de acordo com as fases referidas nas alíneas i) ii) e iii), será desenvolvida pelos Organismos Intermédios identificados na Deliberação n.º 7/2023 da Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2030, em concreto as DRAP e a DGRM, sendo sujeita a controlo de qualidade pela Autoridade de Gestão do MAR 2030, com a finalidade de garantir o cumprimento da plenitude dos normativos aplicáveis e a harmonização das apreciações desenvolvidas, bem como a avaliar a correlação entre as propostas de sentido favorável e a dotação financeira disponível.

## Decisão sobre as candidaturas

A análise das candidaturas é efetuada de acordo com a informação constante do formulário de candidatura e documentos anexos.

Sob pena de caducidade imediata da candidatura, os elementos solicitados em sede de análise das candidaturas devem ser remetidos no prazo fixado pela autoridade gestão, num máximo de 10 dias úteis contados da receção do pedido de elementos, salvo se o candidato apresentar justificação e a mesma venha a ser aceite pela autoridade de gestão.

A decisão fundamentada é proferida no prazo **de 60 dias úteis, contados** a partir da data-limite definida no fecho do período de candidatura e notificada ao candidato no prazo máximo de 5 dias, a contar da data da sua emissão, conjuntamente com o respetivo termo de aceitação. Este prazo não inclui o prazo legalmente previsto para audiência de interessados e pode ser alargado por até mais 30 dias:

- a) Em caso de apresentação de alegações em sede de audiência de interessados; ou
- b) Em situações excecionais devidamente fundamentadas, designadamente quando se registre uma elevada procura, devendo o novo prazo ser publicitado na primeira metade do prazo para decisão definido no aviso para apresentação de candidaturas

## Onde são comunicadas as decisões às entidades candidatas

As entidades que se candidatam ao apoio recebem as notificações da proposta de decisão e da decisão final na sua área reservada no Balcão.

## Aceitação ou não aceitação da decisão

A notificação às entidades que se candidataram inclui a decisão final sobre a sua candidatura, que pode ser de aprovação, total ou parcial, não aprovação ou aprovação condicionada.

A aceitação da decisão de aprovação da candidatura é feita pelo beneficiário, no prazo de 30 dias úteis, no sistema de informação do IFAP, I.P. mediante assinatura do termo de aceitação, através de assinatura digital qualificada, com atributos profissionais suficientes para o ato, que comprove os poderes de representação do beneficiário pelo subscritor.

### Onde são publicadas as listas das candidaturas aprovadas

- No site do Programa MAR 2030
- No site do Portugal 2030.

### Pedidos de alteração à candidatura

Alterações aos elementos constantes do termo de aceitação estão sujeitas a nova decisão da autoridade de gestão.

É necessária a assinatura de um novo termo de aceitação, caso se trate de alterações aos elementos de identificação dos beneficiários e seus representantes legais, incluindo, quando aplicável, todos os que participam nas operações em copromoção, à identificação do programa, do fundo, da prioridade, do objetivo específico, da tipologia de intervenção e/ou operação ou, ainda, alterações ao montante do apoio público e a respetiva taxa de cofinanciamento, com explicitação das fontes de financiamento europeu e nacional ou aos indicadores de realização e resultado e as metas a atingir.

## Anexos

### Anexo A - Candidatura

Documentos necessários para apresentar uma candidatura ao abrigo da Medida Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura no Domínio dos Investimentos Produtivos

### Anexo B – Legislação Nacional

[Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março](#)

[Portaria n.º 186/2023 de 3 de julho](#)

## Anexo A – 1. Documentos necessários para apresentar uma candidatura

- Apresentar uma análise estratégica da empresa que identifique as áreas de competitividade críticas para o negócio em que se insere, diagnostique a situação da empresa nestas áreas críticas e fundamente as opções de investimento consideradas na candidatura
- Caso se trate de pessoa coletiva: contrato da sociedade, estatutos e certidão permanente atualizados
- Memória descritiva e justificativa da operação a desenvolver
- Título de Atividade Aquícola
- Caso inclua instalações em terra, documento que habilite a realização de intervenções no espaço (caderneta predial demonstrando a propriedade do espaço, ou contrato de arrendamento ou autorização da entidade pública competente)
- Caso inclua a modernização de instalações em terra, autorização para realização das alterações emitida pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
- Caso respeite a nova empresa ou a empresas aquícolas com menos de um ano, relatório de comercialização independente que demonstre a existência de perspetivas de comercialização no mercado sustentáveis para o produto; nas restantes empresas apresentar análise histórica dos clientes da empresa e a sua projeção após realização do projeto;
- Orçamentos e catálogos relativos a todos os bens e serviços compreendidos na proposta, em número mínimo de três, com vista a que possa ser aferida a razoabilidade dos custos apresentados
- Plano empresarial que permita aferir a viabilidade económico financeira do projeto e, quando o investimento seja superior a 50 mil euros, estudo de viabilidade

- Elementos que demonstrem que se encontram asseguradas as fontes de financiamento, incluindo o financiamento por empréstimo bancário, quando necessário, e por um mínimo de 20% de capitais próprios, podendo para o efeito incluir novas entradas de capital, nomeadamente capital social, incorporação de suprimentos e prestações suplementares de capital, desde que venham a ser incorporados em capital próprio ao longo da concretização do projeto e até à sua conclusão material e financeira
- Informação Económica Simplificada relativa ao último exercício encerrado à data da submissão da candidatura que evidencie uma situação económico-financeira equilibrada (autonomia financeira pré-projeto igual ou superior a 15 %, ou 20 % no caso de não PME), sem prejuízo das situações previstas no n.º 4 do artigo 42.º da Portaria 186/2023 de 3 de julho, em que a existência de situação económico-financeira equilibrada fica demonstrada quando os capitais próprios suportarem pelo menos 20% do custo total do investimento.

Caso pretenda que, para este efeito, seja usada informação mais recente, poderá apresentar os respetivos balanços e demonstrações de resultados, devidamente certificados por contabilista certificado.

- Caso a candidatura seja apresentada em copromoção e preveja a elegibilidade de custos com pessoal na entidade parceira: relação dos trabalhadores da entidade beneficiária organizada por categoria profissional/perfil funcional, com referência de remuneração base (vencimento bruto), subsídios de férias, Natal e refeição e contribuições obrigatórias (patronais) no último ano ao da apresentação da candidatura.